

**Mito Sebástico
Realidade e Supra-realidade**

Fernando Mendonça Fava

FAVA, Fernando Mendonça – “Mito Sebástico – Realidade e Supra-realidade”.
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p 263-276.

Fernando Mendonça Fava. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

1 – Introdução

Os Mitos, esses profundos mistérios, têm também uma história, dado que é o tempo e a memória dos homens que determinam o seu nascimento e regem a sua evolução. Para o mitólogo norte-americano, Joseph Campbell, os mitos são manifestações identificáveis em todas as culturas. São sonhos arquetípicos da humanidade, energias do Cosmos vertidas nas exteriorizações culturais humanas¹.

Na sua dimensão histórica, os mitos são fenómenos onde a longa ou muito longa duração dialogam com a curta e a média duração, com registos de recorrências, atenuações e/ou modificações que vão tendo lugar ao sabor de mudanças sociais e mentais. Regra geral, a sua génese e o seu crescimento operam-se a partir da incapacidade de os humanos lidarem racionalmente com determinadas realidades, buscando, fora delas, respostas para as suas angústias.

O *Sebastianismo*, manifestação messiânica que começou a ganhar corpo em Portugal durante o século XVI, insere-se nessa lógica. Com efeito, o último quartel de quinhentos foi palco de um conjunto de eventos e de comoções sociais e políticas suficientemente profundas para, contundirem fortemente o espírito e o orgulho da Nação e propiciaram o surgimento do chamado *Mito Sebástico*. Ao longo dos séculos, o fenómeno iria ter desenvolvimentos determinados por diferentes conjunturas político-sociais e sobretudo por novas e sucessivas maneiras de ver e de pensar o mundo dos homens. Mudando o pensamento, mudam naturalmente os olhares e as reflexões sobre os mitos, e por isso também estes vão sofrendo mutações e adquirindo novos significados que, pouco a pouco, se vão justapondo ao corpo original, alterando-o nos seus contornos, mas deixando sempre intacta a raiz essencial.

As primeiras cristalizações do Mito Sebástico centraram-se na figura de um herói, D. Sebastião, *O Desejado*, precisamente num contexto social de queda, de desgraça, mormente o da perda da nacionalidade. A semente, lançada pelas *Trovas do Bandarra*², tinha aí agora o solo onde poderia frutificar. Ao nascimento seguiram-se, naturalmente, fases de desenvolvimento nas dimensões histórica e a-histórica do mito, com maior ou menor poder de alocação psíquica e espiritual na sociedade portuguesa, mas sempre com a capacidade de determinar comportamentos colectivos, razão porque se tornou o próprio mito elemento fautor de história.

2 – Génese e Evolução do Sebastianismo em Portugal

O *Sebastianismo*, fenómeno psíquico e sociocultural português, nascido durante o século XVI, resulta de uma combinatória de vários factores, designadamente o declínio do Império; a presença viva na sociedade portuguesa de crenças messiánicas e milenaristas; o aparecimento e divulgação das famosas *Trovas do Bandarra*; as

¹ Cf. CAMPBELL, Joseph – *El Héroe de las mil caras: psicoanálisis del mito*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 11.

² Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro e profeta popular, natural de Trancoso, autor das *Trovas* incluídas no livro *Partífase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra*, editado por D. João de Castro em 1644.

singulares circunstâncias que rodearam o nascimento, a educação, o reinado e o desaparecimento do rei – menino, D. Sebastião; e a perda da independência nacional a favor de Castela.

O mito foi gerado a partir do sofrimento e da tragédia de um povo que chorava a queda de uma Nação, a sua, que havia sido pioneira da navegação oceânica, e nesse campo havia desencravado o mundo e construído um Império pluricontinental. A *Glória* de tais empresas havia emprestado algum sentido à ideia mística de que os portugueses eram um povo predestinado para cumprir na Terra uma missão traçada pelos Céus. Colocado então perante acontecimentos tão adversos, que não dominava nem entendia – definhamento da Carreira da Índia, abandono de praças militares no norte de África, desastre militar e morte do rei e ameaça e consumação da perda da sua independência – esse povo dispôs-se a aceitar, nessa sua incompreensão do real, explicações e soluções prodigiosas que, de algum modo, transformavam as angústias do presente em um necessário momento de passagem para um amanhã de redenção e de renovadas grandezas e glórias. Tudo isso a ser conseguido pela mão e pela acção de um Messias, de um Salvador.

Simultaneamente um desagravo e uma forma de superar os infortúnios, esta construção mental radicava nas ideias milenaristas e nos conteúdos messiânicos difundidos pelas religiões à data predominantes na sociedade portuguesa: o cristianismo e o judaísmo, provindas, ambas, do mesmo tronco teológico. Segundo essas ideias, sobretudo as que eram aportadas pelo messianismo judaico, os tempos de queda e de sofrimento funcionavam como catarse, ou seja, como transição purificadora e preparadora para tempos seguintes de paz, de grandeza, de esplendor, de bem-aventurança. Ora este era, sem dúvida, o terreno apropriado e fecundo para acolher e fazer florescer as célebres *Trovas* de Gonçalo Eanes, o Bandarra, onde profeticamente se anuncia a vinda de um rei (*semente del-rei Fernando*) que realizará esse sonho místico de restauração do Império e das glórias perdidas. Em si mesmas, as *Trovas*, feitas a partir de leituras de textos bíblicos e das profecias de Santo Isidoro de Sevilha (já aí se fala do *Encoberto*), à mistura com teses joaquimitas, conservavam algo do sentido dúbio e obscuro dos oráculos e por isso mesmo se prestavam às mais diversas interpretações e utilizações, dando azo a que, quase todos os portugueses, não obstante as diferenças sociais e religiosas existentes, nelas se revissem, e isso porque nas suas linhas prediziam aquilo em que todos queriam acreditar: a vinda de um rei predestinado (*O Encoberto*) e de um tempo novo de bem-aventurança e de retorno à honra, à fama e à glória.

O mito começou a ganhar forma, substância e espaço, ainda antes do nascimento da personagem que lhe dará o nome, gerando-se então uma ambiência mística que atingiria o seu paroxismo em torno das circunstâncias tão excepcionais que rodearam o nascimento desse príncipe, cuja vinda ao mundo era suficiente, só por si, para afastar, no imediato, a ameaça das pretensões unificadoras de Castela. Era esse o “bom Rei Encoberto”³ que haveria de realizar as profecias contidas nas *Trovas*. A sua figura e os feitos épicos que haveria de cometer, foram cantados por poetas em jeito de vaticínio. Assim o fez Luís de Camões em *Os Lusíadas*: “Vós, ó novo temor da Maura

³ Cf. AZEVEDO, João Lúcio de – *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, p. 23.

lança/Maravilha fatal da nossa idade/dada ao mundo por Deus, que todo o mande/
Pera do mundo a Deus dar parte grande”⁴. Assim o fez António Ferreira em carta a
D. Sebastião onde diz: “Depois virá um tão ditoso dia,/Que as tuas Reais Quinas
despregadas/Na multidão de toda a Barbaria [...]”⁵.

Da educação deste príncipe tão “Desejado”, recheada de excessiva religiosidade e de observação rígida do código de honra do guerreiro e do cavaleiro, resultaram valores e comportamentos que o aproximavam da misoginia e o impeliavam irresistivelmente para o ideal de cruzada e de combate ao «infiel»⁶. Não se pode estranhar, pois, que um espírito assim moldado se tenha lançado na tresloucada e desaconselhada aventura de Alcácer-Quibir. No fundo, o imberbe D. Sebastião acaba por ser apenas o produto lógico e natural de um muito especial tempo histórico, concretizado num palco onde os actores, cegos quanto ao futuro, se voltaram para uma pretendida recuperação de um passado, não se apercebendo que esse era o caminho directo para a catástrofe. Quando ao reino chegou a notícia da morte de D. Sebastião, os portugueses não queriam acreditar, não podiam acreditar. Tanto mais assim que ninguém vira o rei morrer. E dessa recusa se alimentará o Mito, agora definitivamente centrado na figura do rei «misteriosamente» desaparecido nas areias africanas de Quibir. O povo agarrava-se a uma fé visionária, na qual D. Sebastião, entretanto retirado na *Ilha Encoberta*, um dia voltaria..., voltaria para dar à sua pátria e à sua gente as grandezas prometidas e cumprir todos os prodígios que dele eram esperados. Paradoxalmente D. Sebastião registava então dois predicados (opostos entre si): dentro da história ele fora o agente máximo da perdição (ainda que visto como instrumento do Divino); fora da história, ele era igualmente um agente máximo, mas da salvação. Desta forma se concluiria o processo de formação do *Mito Sebástico*, fenómeno que se enraizaria no imaginário dos portugueses de todas as condições sociais e que com o decorrer do tempo viria a adaptar-se a certas realidades e a ter leituras e interpretações diversas, por vezes colocadas ao serviço de interesses particulares ou de ideologias.

No século XVII, durante a dominação espanhola, a lenda do regresso do *Encoberto* alimentou muita literatura de inspiração patriótica como, por exemplo, as obras de Frei Bernardo de Brito e os *Sermões* do padre jesuíta António Vieira. Neste âmbito, funcionou como um esteio dos valores nacionais ou da afirmação da portugalidade no contexto do Império dos Áustrias e como alimento moral do projecto, nunca abandonado, de restauração da independência de Portugal, projecto que, como se sabe, veio a concretizar-se em Dezembro de 1640. Depois, à medida que o tempo foi passando e as anunciadas promessas ficavam por cumprir, começou a propagar-se a ideia, avançada pelo jesuíta António Vieira, de que o *Rei Encoberto* não seria forçosamente D. Sebastião, mas qualquer outro príncipe do seu sangue e seu herdeiro. No âmbito de uma tal leitura, os anseios transferiram-se para D. João IV, o rei saído da *Restauração*, circunstância que era apontada como um primeiro sinal dessa agora pretendida predestinação. Nesse mesmo mês de Dezembro de 1640,

⁴ Ob. cit., Canto I, Estrofe 6.

⁵ Cf. BRUNO, Sampaio – *O Encoberto*. Porto: Lello & Irmão, 1983, p. 79 (sublinhado no original).

⁶ Luís Gonçalves da Câmara, padre jesuíta, foi o principal responsável pela educação de D. Sebastião.

em sermão de acção de graças pela libertação do reino, proferido pelo padre Francisco da Trindade, lente de Teologia no Colégio de Santo Agostinho, asseverava-se: “E pois Deos escolheu ao nosso Rey, será seu governo, governo do mesmo Deos”⁷.

A verdade é que o simples facto de o movimento restauracionista se ter sagrado vitorioso fazia despontar nas mentes a ideia de que o tempo de salvação era chegado e o Messias estaria aí. O padre António Vieira, vindo do Brasil, desembarcou em Portugal em Abril de 1641 e logo se deparou com um país onde se vivia uma atmosfera de plena euforia messiânica. Uma febre mística apoderara-se das gentes portuguesas que, por todo o lado e nas mais pequenas coisas, teimavam em ver avisos enviados pelo Céu, sinais iniludíveis de que a «hora era chegada». Vieira, nos sermões que proferiu de 1642 a 1644, armado com as *Trovas* de Bandarra, foi antevendo e prometendo o Império do Mundo (o *Quinto Império*) para Portugal e para D. João IV, nisso se posicionando como adversário dos sebastianistas, ou seja, dos que teimavam em esperar a salvação na pessoa de D. Sebastião e designadamente contra todo o trabalho de exegese das *Trovas do Bandarra* feito por D. João de Castro.

O autor dos *Sermões* afirmava, muito habilmente, que, no então muito difícil contexto da afirmação de Portugal como nação independente, a existência desses sebastianistas era obra de Deus, na medida em que, inconscientemente, cumpriam uma missão importante e insubstituível. É que, dizia Vieira, desviando a atenção dos inimigos para a figura de um rei já morto, os sebastianistas ortodoxos estavam, dessa forma, servindo a causa do rei vivo. E, no seu engano, eles estavam desempenhando um importante papel, decerto inspirado pelo Céu, e mercê disso, o verdadeiro e futuro restaurador da independência e grandeza de Portugal, D. João IV, podia desenvolver a «descoberto» a sua «encoberta» acção, ou, citando Vieira: “dissimulado a evidências, e encuberto a olhos vistos!”⁸.

Em boa verdade, sempre o grande orador se esforçou por secundarizar o sebastianismo propalado pelos adeptos de D. Sebastião e por integrá-lo no *Plano Divino*, mais vasto, da redenção de Portugal e do Mundo. No *Sermão dos Bons Anos*, pronunciado no dia 1 de Janeiro do ano de 1642, Vieira defende que D. João IV é o verdadeiro *Encoberto* e que se mais cedo não intercedeu pela remissão do seu povo isso foi devido apenas à vontade de Deus e não à dos homens. Chegada a morte de D. João IV em 1656 e continuando por cumprir o sonho imperial e a redenção, de novo Vieira inscreve os acontecimentos na ordem do *Plano Divino* por si defendido. e se, numa primeira fase, começa por vaticinar a ressurreição de D. João IV, depois, sempre animado de uma inquebrantável fé, vai prometendo sucessivamente o *Mito do Quinto Império* nas pessoas de D. Afonso VI, D. Pedro II e nos descendentes deste.

Entrado o século XVIII, o ouro do Brasil e o reinado opulento de D. João V e a posterior acção, esclarecida e enérgica, do ministro de D. José, Sebastião de Carvalho e Melo, remetem o *Mito Sebastico* para um relativo apagamento, muito embora ainda ele se mantivesse vivo entre o povo miúdo, que bem pouco proveito tirava da prosperidade

⁷ “Sermão pregado no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a 12 de Dezembro de 1640”. In: CANTEL Raymond – *Profetismo e Messianismo dans l’Oeuvre D’Antonio Vieira*. Paris: Ediciones Hispano – Americanas, 1960, p. 93.

⁸ “Sermões do Padre António Vieira”. In: CANTEL, Raymond – ob. cit., p. 97.

trazida pelo ouro do Brasil ou das medidas políticas do iluminado Marquês de Pombal. Também os efeitos do pensamento iluminista, que então também se fizeram sentir em Portugal, contribuíram, não pouco, para o abrandamento do mito.

Porém, logo no início do século seguinte, a crença reacende-se com força aquando da primeira invasão francesa, que teve o efeito de ressuscitar terrores antigos. O facto dará origem à prosa virulenta do ex-frade agostiniano e desbragado foliculário José Agostinho de Macedo, que, no seu libelo intitulado *Os Sebastianistas, Reflexões Sobre esta Ridícula Seita*, afirmava então que o Sebastianismo não passava de uma infundada crença de um povo de ignorantes e que todo o adepto dessa crença era um «mau cristão, um mau vassalo, um mau cidadão e o maior de todos os tolos». Esta ressurgência do mito merecerá, mais tarde, o seguinte comentário, da parte de Sampaio Bruno: “os jarretas vão para o alto de Santa Catarina ver navios, esperançados em que entre enfim no rio a nau encantada a cujo bordo, emergindo do nevoeiro vem o Lohengrin vingador da justiça agravada de um povo todo”⁹.

Será bom notar que neste século XIX a fé sebástica já não é sustentada somente pela ideia da vinda de um Messias personificado, posto que nos tempos que antecedem a instauração do liberalismo, muita gente em Portugal, ardendo em febre messiânica, clamava pela «Santa Constituição» que viria livrar a Pátria de todos os males. Idêntico fenómeno se verificaria, posteriormente, quando, na viragem do século se pretendia ver na República o amanhã *desejado* para uma Nação em hora de «nevoeiro». Varrido pela ideologia liberal, o *Mito Sebástico* sofre uma evolução que pouco a pouco o despega de uma realidade comum aos hábitos e pensares dos cidadãos e o transporta para os domínios da literatura. É o *Romantismo* que, agrado da natureza e da popularidade do tema, opera essa mudança e cria o ambiente necessário para que o mito venha, a par da expressão dos sentimentos messiânicos de um povo, a tomar a feição de um assunto eminentemente cultural, prosperando sobretudo nos campos da História, da Filosofia e da Poesia. O tema virá a revelar-se um filão inesgotável. Muitos serão os autores a experimentarem uma irresistível atracção pelo *Herói Sebástico* e pela *Quimera do Quinto Império*. Vejamos apenas alguns desses autores, nas páginas que se seguem.

3 – O Mito Sebástico em Oliveira Martins

Dos historiadores do século XIX foi, sem dúvida, Oliveira Martins aquele que mais atenção dedicou ao Mito Sebástico. Para Martins é de um fundo étnico celta existente no povo português que provém o *Sebastianismo*. Em sua opinião, ao constatarem-se as coincidências existentes entre o mito celta de Artur Pendragon (o *Rei Artur da Távola Redonda*, encoberto nas névoas da Ilha de Avalon), e o mito português do *Encoberto* (D. Sebastião, desaparecido nas plagas de Alcácer) outra coisa não nos é dada a entender senão a de que o elemento rácico celta se encontra na origem da formação do nosso povo, posto que “os seus frutos ingénuos e espontâneos têm a cor e a forma dos produtos dessa raça”¹⁰.

⁹ BRUNO, Sampaio – ob. cit., p. 228.

¹⁰ MARTINS, Oliveira – *História de Portugal*. 16ª edição. Lisboa: Guimarães Editores, 1972, p. 372.

Segundo as suas próprias palavras, Martins propõe-se fazer «a história ao inverso», isto é, a partir dos dados oferecidos pelo presente, mergulhar no passado. Porque “com os movimentos da íntima psicologia e com a história dos sentimentos inconscientes da nação, é que o observador pode penetrar no fundo das origens étnicas, por toda a parte encoberta com as superfetações sucessivas das influências estranhas do acaso, da vitalidade das tradições”¹¹. Seguindo esta metodologia, conclui que a «esse fogo céltico que arde no fundo da alma nacional» devem os portugueses a sua natural propensão para a sentimentalidade, para um heroísmo puro e ingénuo, para a poesia e para uma religiosidade natural. Traços étnicos primordiais que foram abafados por uma nacionalidade cuja definição não obedecera a determinações naturais, antes decorreram do ânimo e da acção de homens apostados em erigir uma unidade política num espaço onde existiam populações de diferentes origens rácicas.

A nacionalidade é assim, em Martins, uma construção artificial operada pela História, isto é, pela Vontade dos primeiros portugueses e dos que, a seguir, empreenderam a *Epopéia*. Quebrada essa Vontade no século XVI, emerge a Nação, ou seja, a expressão natural e não controlada do substracto étnico primitivo. E, na hora da desgraça, “a alma religiosa da nação, retraíndo-se ao seu âmago íntimo, criando espontaneamente uma fé, ao lado do catolicismo dogmático e transcendente, importado e mal definido nas consciências, constrói essa fé com os materiais conhecidos das antigas religiões naturalistas dos celtas [...]”¹².

Como afirma Fernando Catroga, “dir-se-ia que, também para Oliveira Martins, como mais tarde para Durkheim, os agudos períodos de crise seriam propícios ao aparecimento de novos cultos, pois, numa certa perspectiva, o sebastianismo parecia impor-se como uma espécie de nova religião”¹³. De acordo com Oliveira Martins, os portugueses, à boa maneira céltica, fizeram de Sebastião (sucessivamente ressurgido em algo ou alguém que evocasse a essência do *Desejado*) não um Deus, mas uma Lenda, um Mito, onde buscavam uma salvação que já não tanto esperavam dos homens – reis e heróis. E nisso, o “Sebastianismo era, pois, uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do génio natural íntimo da raça, e uma abdicação da história”¹⁴.

E no entanto, o consciente e informado Oliveira Martins, historiador, terá sido tocado, ele próprio, pela fé messiânica ao entrever um *Desejado* na pessoa de D. Pedro V, esse príncipe tão diferente de outros e em quem Portugal, sobretudo o povo, depositou tantas esperanças. Um rei que queria libertar a sua nação. E Martins, homem intelectual e político, permanentemente assaltado pela ideia da necessidade de encontrar um instrumento e um caminho para regenerar Portugal, não pôde deixar de ficar impressionado com a postura grave e as atitudes do jovem rei a quem o povo chamava santo. Repare-se nas suas palavras (de Martins): “Veio um rei, espécie de D. Sebastião liberal, também anacrónico, e Herculano acaso teve ainda alguma esperança. Amou-o. «Se eu tivesse um filho e me morresse não

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 371-372.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 372.

¹³ CATROGA, Fernando – “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”. In: Torgal Luís; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal*. S.L.: Temas e Debates, 1998, volume I., p. 172.

¹⁴ MARTINS, Oliveira – ob. cit., p. 374/375.

me custava mais a morte dele do que me custou a daquele pobre rapaz!» Mas D. Pedro V acabou cedo, moço: foi-se como uma aparição, levado numa onda de lágrimas; e o filósofo preparou-se para morrer, enterrando-se num exílio voluntário¹⁵.

4 – O Mito Sebástico em Sampaio Bruno

Quem ler o livro de Bruno, *O Encoberto*, não pode deixar de se admirar com a espantosa erudição aí revelada, fruto, decerto, de uma extraordinária capacidade intelectual e de uma vida dedicada ao estudo honesto, profundo, competente, por parte do pensador portuense. A sua prosa, labiríntica, nunca fácil, tem levado muitos autores a desistir de o estudar. Por essa razão Sampaio Bruno é um pensador e um autor pouco conhecido, ou, talvez melhor, não tão conhecido quanto os seus merecimentos o justificariam. Sobre esta questão diz José Marinho o seguinte: “Todos os investigadores que numa atenção compreensiva pretenderam informar-se do que é o sebastianismo, encontram em seu caminho este livro considerado entre os mais difíceis que Bruno nos legou. [...] Até agora, o interesse dos pensadores que se ocuparam do autor de *O Encoberto* voltou-se menos para esta obra”¹⁶.

Neste seu livro, Bruno critica ferinamente Oliveira Martins, manifestando a sua inteira discordância em relação às teses por este defendidas quanto à origem e formação do *Mito Sebástico*. Em seu entender, não é privativo da cultura céltica a alegoria da Ilha Incógnita, sendo, por outro lado, cientificamente pouco sustentável a sua teoria histórica de que o sebastianismo emana de características comportamentais das gentes portuguesas determinadas por factores de natureza étnica¹⁷. E acrescenta que Martins confundiu sebastianismo com messianismo, fenómenos diferentes na sua essência e origem. Considera Bruno que o primeiro é manifestação ridícula de alguns maníacos filiados em Bandarra e o segundo, reputadamente intangível, é símbolo de dignidade colectiva, com raízes no juramento do fundador da Nação, D. Afonso Henriques.

Em Bruno, passados que foram os plausíveis limites temporais de uma possível existência de D. Sebastião para além do desastre de Alcácer, o sebastianismo enquanto crença foi «uma aberrante maluquice» professada por alguns (poucos) alienados. É, segundo diz, um tipo de fenómeno que os estudiosos e especialistas do assunto classificam como de «loucura obsidional», não deixando de ser sintoma de tal demência colectiva o facto de em Portugal a «tineta sebastiânica» se esbater em momentos de prosperidade e de abundância e se reacender nos momentos contrários, isto é, de crise, de miséria, de desmoralização.

Para Sampaio Bruno o estádio de progresso e de civilização de um povo afere-se pelo estado de desenvolvimento da sua moral e costumes. A essa luz, considera Portugal uma nação decadente porque dada à crueldade e à intolerância, sendo disso prova evidente a preferência dos portugueses por espectáculos degradantes como os

¹⁵ MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1986, volume II, p. 240.

¹⁶ MARINHO, José – *Nova Interpretação do Sebastianismo e Outros Textos*. Lisboa: INCM, 2003, p. 187.

¹⁷ Cf. BRUNO, Sampaio – ob. cit., p. 7.

autos de fé e as touradas. Aponta como causas imediatas dessa decadência a Inquisição, o Jesuitismo e o Individualismo. A propósito conta-nos Bruno que, perguntado em Paris sobre o que pensava dos portugueses, Lord Tirawley, embaixador de Inglaterra em Lisboa respondeu: “O que é que se há-de pensar de um povo a metade do qual está à espera do Messias e a outra metade à espera de um rei chamado Sebastião que morreu há duzentos anos?”¹⁸

Diz o autor de *O Encoberto* que as constantes efabulações arquitetadas pelos sebastianistas tiveram sempre na sua base a profecia bíblica do *Quinto Império de Daniel*, adaptada esta a uma versão destinada a Portugal, porém essas transcendentais crenças nos destinos superiores da pátria acabaram por esbarrar na racionalidade das luzes e do pensamento crítico do século XVIII, transformando-se por isso e aos olhos da geração romântica liberal portuguesa em manifestações grotescas e desprovidas de senso do real. E, assim vistas, foram, severamente caricaturadas por autores como Garret, Latino Coelho e Luís Palmeirim, entre outros. Com maior permanência junto do povo onde a conservação das tradições é superior, essas manifestações não deixaram de ser, por parte deste, também motivo de sátiras e sarcasmos, de que é exemplo cavalhadas havidas no Porto por ocasião do Entrudo, parodiando o regresso de *D. Sebastião* da fantástica *Ilha Encoberta*.

Posicionando-se assim contra aquilo a que chama «sebastianismo – sebastianismo», Bruno concede, no entanto, valor de ideia vital ao *Mito Sebástico* em si, ou seja, ao mito que sai para fora da história, não se reportando a um homem ou a um povo, antes atingindo uma dimensão cósmica e uma razão messiânica que se consubstanciam na redenção do homem e, através deste, na redenção universal. Nesta perspectiva, *O Mito* transporta pois uma proposta de libertação que não se destina somente ao povo português, mas a toda a humanidade. E a ascensão do *Sebastianismo* a esta grandeza confere-lhe a qualidade de símbolo de uma ansiada e desejada perfectibilidade humana. É que, aperfeiçoando-se e libertando-se, o homem aperfeiçoa e liberta o seu semelhante. É por isso que Sampaio Bruno diz: “Dissipe-se a nuvem que encobre o herói. O herói não é um príncipe predestinado. Não é mesmo um povo. É o Homem”¹⁹. E, em remate otimista, afirma: “o mundo moral avança” e (...) em todo o mundo a Paz será”²⁰.

5 – O Mito Sebástico em Fernando Pessoa

A 8 de Setembro de 1914, Fernando Pessoa escreveu a Sampaio Bruno, pedindo informações e indicações sobre a temática do *Sebastianismo*, uma vez que, reputadamente, Bruno era um especialista no assunto e, na generalidade, tido como um mestre pelos homens da *Renascença Portuguesa*²¹. Não se sabe se a carta de Pessoa teve resposta, o que se sabe, isso sim, é que começam então os estudos de Fernando

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 11.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 332.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 333-334.

²¹ Ver QUADROS, António – *Fernando Pessoa, Vida Personalidade e Génio*. Lisboa: D. Quixote, 1992, p. 236-237.

Pessoa sobre o *Sebastianismo*. O Poeta dá-se então a leituras ciclópicas que compreenderam as *Trovas* do Bandarra, as profecias de Nostradamus, as obras de Camões, de D. João de Castro, do Padre António Vieira e, naturalmente, de Sampaio Bruno. Partindo dessas bases e das suas próprias reflexões, cria uma visão muito pessoal do *Mito Sebástico*, na qual valoriza as figuras carismáticas da nossa história, elevando-as à excelência de heróis civilizadores, ou mesmo à categoria de semideuses. Como ele próprio afirma, num texto de 1917, citando Píndaro²²: “A Raça dos Deuses e dos homens é uma só”²³.

É ao abrigo destes pressupostos que, em 1918, ele se entusiasma pela figura de Sidónio Pais e nela pretende ver, mais que o homem e o político, uma reencarnação do *Encoberto*. Quando, sem nada fazer do que dele era esperado, Sidónio morre a 14 de Dezembro de 1918, Pessoa compõe uma *Ode à Memória do Presidente-Rei*, de que destacamos os versos seguintes:

«Flor alta do paúl da grei / Antemanhá da Redenção / Nele uma hora encarnou
el-rei / Dom Sebastião».

«E no ar da bruma que estremece / (Clarim longínquo matinal!) / O Desejado
enfim regresse / A Portugal».²⁴

É este o seu primeiro poema sebastianista onde em uma figura guindada ao primeiro plano da história nacional se deseja ver uma reencarnação do *Desejado*. A sua ânsia no ressurgimento da pátria levou-o, mais tarde, a ver no movimento militar de 28 de Maio de 1926 um segundo advento do *Encoberto*. Escreve então o seguinte: “(...) não creio que antes de uns dez anos, a contar de agora, o povo português venha a perceber do que se trata, da importância do caso. Então (e só então) se verá que estava certa a profecia do Bandarra”²⁵.

Para Pessoa, D. Sebastião morrera em Alcácer-Quibir, porém não morrera a verdade mítica que nele se encerrava e que, evoluindo, elevou-se às alturas de mito nacional de regeneração. E transportando a ideia para o plano operativo, Pessoa procura a reencarnação, o «avatar» daquela verdade que não havia morrido ou, por outras palavras, o ressurgimento nacional através do herói eleito:

“Onde quer que, entre sombras e dizeres, / Jazas, remoto, sente-te sonhado,
E ergue-te do fundo de não-seres / Para teu novo fado”²⁶.

Simbolicamente, este D. Sebastião é Portugal, um Portugal que, com ele, perdera a sua grandeza e que só voltará a tê-la com o seu regresso, no qual, segundo o poeta, se deve confiar porque (recorre à teoria da metempsicose): “A alma é imortal

²² Píndaro, 518 a 438 AC, foi considerado o príncipe dos poetas líricos gregos. Os seus *Epinícios* celebram os atletas vencedores dos Jogos Olímpicos.

²³ PESSOA, Fernando – *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*. Lisboa: Edições Ática, 1966, p. 229.

²⁴ PESSOA, Fernando – *Poemas*. Lisboa: Edições Comunicação, 1986.

²⁵ PESSOA, Fernando – *Sobre Portugal*. Lisboa: Edições Ática, 1979, p. 174-175.

²⁶ PESSOA, Fernando – *A Mensagem*. Porto Alegre: Edições Caravela, 1989, p. 48.

e, se desaparece, torna a aparecer onde é evocada através da sua forma; morto D. Sebastião (o corpo), se conseguirmos evocar qualquer coisa em nós que se assemelhe à forma do esforço de D. Sebastião, ipso facto o teremos evocado e a alma dele entrará para a forma que evocámos (...)"²⁷.

Um regresso que é necessário para *Cumprir Portugal*: "Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. /Senhor, falta cumprir-se Portugal"²⁸. Esta uma asserção que se prende directamente com o conceito de *Quinto Império* em Fernando Pessoa. É que da interpretação que faz de Bandarra e de Nostradamus, o *Quinto Império* será atribuído a Portugal. Um Império que não será territorial, antes será um Império Espiritual e Cultural. E diz Pessoa: " (...) todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma Morte de pé, um Cadáver mandando. Só pode realizar ultimamente o Império Espiritual a nação que for pequena, e em quem, portanto nenhuma tentativa de absorção territorial pode nascer, com o crescimento do ideal nacional, vindo por fim a desvirtuar e a desviar do seu destino espiritual e original imperialismo psíquico"²⁹. Cimentando as suas proposições, afirma que este *Quinto Império* será português porque Portugal tem uma língua apta para o efeito e com capacidade imperial, criadora de escritores de génio e com bases para se poder expandir. Será "um imperialismo de gramáticos, o qual dura mais e vai mais fundo que o dos generais"³⁰.

São concepções como estas que levaram Pessoa a considerar a possibilidade de, afinal, o *Encoberto* ser ele próprio, Fernando Pessoa, aceite que era a ideia de lhe estar atribuído um papel proeminente na cultura portuguesa. Até então os verdadeiros obreiros de civilização haviam sido intelectuais como Camões ou Shakespeare. Acreditando no ressurgimento pátrio ligado à vinda de um Super-Camões, consciente do seu próprio génio literário e também do seu estatuto de *homo poeticus, primus inter pares* junto dos escritores seus contemporâneos, Pessoa cria-se como o avatar em que aquela ideia encarnava. Daí ter-se deixado absorver pela convicção de ser um enviado do *Alto* com uma mensagem de redenção para Portugal. De resto, essa conclusão também resultava da leitura e da interpretação que fazia das *Trovas* de Bandarra e da *Kabbalah* onde achara como decisivo o ano de 1888, ou seja o do seu próprio nascimento. Esta é contudo uma ilusão que rapidamente abandona, vindo a confessar posteriormente ter criado, na sua mente, mais um falso D. Sebastião.

Fernando Pessoa que se definia a si próprio como um neo-pagão, defendeu que o *Sebastianismo* deveria constituir a verdadeira religião nacional, visto que se funda num mito que nos é muito mais familiar que o mito judeu do cristianismo. A *Religião Sebastianista*, onde se reuniram o paganismo, o anticristianismo e o nacionalismo universalista, seria o cimento universal do Novo Império, o *Quinto*. "Um ecumenismo religioso capaz de fundir todas as religiões portuguesmente no Paganismo Superior"³¹. É por isso que pede aos portugueses que troquem Fátima por Trancoso³².

²⁷ PESSOA, Fernando – *Sobre Portugal...*, p. 202.

²⁸ PESSOA, Fernando – *A Mensagem...*, p. 32.

²⁹ PESSOA, Fernando – *Sobre Portugal...*, p. 225.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 240.

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 245/246.

³² Cf. QUADROS, António – *Fernando Pessoa, Vida, Personalidade e Génio...*, p. 243.

O Sebastianismo de Pessoa é uma manifestação ímpar de um pensamento onde se casa a estética literária com o desejo de regenerar e glorificar a Pátria. Nesse terreno a acção do poeta é marcada por uma intenção operativa de procura de um efeito mágico que possa operar uma síntese entre a profecia e a realização alquímica da mesma. Partindo da verdade mítica pretende atingir com a palavra o redescobrimto e realização de *D. Sebastião* em uma encarnação que cumpra a profecia de Daniel, agora porém, na versão quintessencial de Fernando Pessoa. O *Encoberto* de Pessoa é antropogónico, pois que procura a materialização humana do *ser-ideia* insistentemente requerido na sua obra.

Conclusão

Ao longo das páginas anteriores, foi feita uma tentativa de delinearmento histórico e de interpretação dessa grande questão eminentemente nacional que foi (é) o *Mito Sebástico*. Tal não se revelou uma tarefa fácil, dada a natureza algo subjectiva do tema, a permanência plurissecular do mesmo e o extenso número de autores que o abordaram ou dele se ocuparam. Não sendo pois possível, por razões evidentes, fazer no âmbito do presente trabalho, uma abordagem mais larga e circunstanciada, foi necessário ser-se selectivo quanto aos autores a apreciar como mais representativos do tratamento deste temática, correndo embora o risco de, quanto a este aspecto, se tomarem decisões menos justas.

Procurou-se, primeiramente, buscar as origens e a evolução do tema proposto, para em seguida se entrar na apresentação dos autores seleccionados, presuntivamente considerados como importantes, mercê dos trabalhos que desenvolveram nos campos literário e/ou literário/científico. Diligenciou-se, obviamente nos limites de uma análise pessoal sujeita a contestações, entender-se-lhes os pensamentos e as propostas, colocando em evidência tudo aquilo que se mostrou como essencialmente mais significante desses mesmos pensamentos e propostas. Na exposição feita, apenas um outro pormenor, porventura menos divulgado, pode ser, para um ou outro leitor, considerado novidade. No demais e em termos históricos, nada de novo se está a apresentar, nem era tal o propósito deste trabalho que apenas pretende ser um modesto contributo para a dilucidação de um Mito que ainda hoje está vivo. Em tempo de deliquescência dos valores tidos como civilizacionais, no meio do achatamento geral – político, económico, cívico, ético, cultural, ... – quantos portugueses não continuam, incorrigivelmente, à espera de um qualquer *D. Sebastião*?

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, João Lúcio de – *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- BESSELAAR, José Van Den – *O Sebastianismo – História Sumária*. 1.^a Edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

- BRUNO, Sampaio – *O Encoberto*. Porto: Lello & Irmão, 1983.
- CAMPBELL, Joseph – *El Héroe de las mil caras: psicoanálisis del mito*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- CANTEL, Raymond – *Prophetisme et Messianisme dans l'Oeuvre de António Vieira*. Paris: Ediciones Hispano - Americanas, 1960.
- Idem – *Le Messianisme dans la Pensée Portugaise du XVI^{ème} Siècle à nos Jours*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1970.
- CASTRO, D. João de – *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso*. Porto: José Lopes da Silva, 1901.
- COELHO, Jacinto do Prado – “D. Sebastião e o Sebastianismo”. In: *Dicionário de Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*. *Dicionário de História de Portugal*. SERRÃO, Joel (dir.). Porto: Livraria Figueirinhas, s.d.
- GARRETT, Almeida – *Frei Luís de Sousa*. 7.^a Edição. Lisboa: Livraria Didáctica, 1973.
- MARINHO, José – *Nova Interpretação do Sebastianismo e Outros Textos*. Lisboa: INCM, 2003.
- MARTINS, Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1972.
- Idem – *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Guimarães Editores, 1986.
- PESSOA, Fernando. *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*. Lisboa: Edições Ática, 1996.
- Idem – *Sobre Portugal*. Lisboa: Edições Ática, 1979.
- Idem – *A Mensagem*. Porto Alegre, Edições Caravela, 1989.
- QUADROS, António – *Fernando Pessoa, Vida, Personalidade e Génio*. Lisboa: D. Quixote, 1992.
- SÉRGIO, António – *Ensaio: Interpretação Não Romântica do Sebastianismo*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920, tomo I.
- SERRÃO, Joel – *Sampaio Bruno: prosa*. Rio de Janeiro: Edições Agir, 1960.
- Idem – *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*. 3.^a Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.
- Idem – *Sampaio Bruno, O Homem e o Pensamento*. Lisboa: Inquérito, 1958.
- SIMÕES, João Gaspar – *Vida e Obra de Fernando Pessoa*. 3.^a Edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal*. S.L.: Temas e Debates, 1998, volume I.